

# FAMÍLIA E ESCOLA: JUNTAS POR UMA INCLUSÃO DE SUCESSO

MOTTA, Daiani Gomes<sup>1</sup>.

SILVA, da Melissa Bier Cross<sup>2</sup>.

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo compreender as ideias fundamentais da história da deficiência e a inclusão no contexto escolar no processo de favorecer a aprendizagem. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica pautada nas leis e Diretrizes da Base Nacional da Educação, nos autores como: Mazzota (2005), Mantoan (2009) Correia (2013), Carneiro (2017) entre outros que vem colaborar demonstrado a importância das relações entre família e escola para a construção do conhecimento de crianças com deficiências, pois compreendeu-se que todos são capazes de aprender dentro de suas limitação, desde que sejam respeitados e o meio propicie condições favoráveis para isso. Portanto, o olhar para cada um é o diferencial que o educador e a família precisa considerar para efetivar um ensino inclusivo para todos. É imprescindível para a inclusão à interação e a participação coletiva no movimento de ensinar e aprender no contexto escolar. A escola junto com a família torna-se um lugar de conquistas e de aprendizagens para a vidas das crianças com deficiências. Uma escola inclusiva contribui na redução das desigualdades sociais e educacionais com um trabalho em parceria entre todos os envolvidos com a educação pela luta na efetivação dos direitos garantidos em leis.

**Palavras Chave:** Escola. Família. Inclusão.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de construção do conhecimento escolar de todos os alunos requer uma consideração especial por parte dos profissionais da educação, das famílias e das políticas públicas que não podem medir esforços para efetivá-las. Desse modo, a escola hoje se apresenta como uma instituição que exige a reinvenção do fazer pedagógico num espaço inclusivo e democrático com a participação efetiva da família no espaço escolar, pois a escola para ser inclusiva deve estar alicerçada no conhecimento de educação especial, enquanto deficiências no contexto de aprendizagem. É fundamental que o docente seja um profissional incansável na busca dos saberes necessários para o exercício do magistério que deve estar voltado ao planejamento intencional para atender a demanda que está nos bancos escolares. O coletivo da escola deve planejar ações pedagógicas valorizando o encontro entre

<sup>2</sup> Professora Orientadora UNINTER - Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER. Pós-graduada em Gestão Pública, com habilitação em Gestão de Pessoas pelo Instituto Federal do Paraná - IFPR. Pós-graduada em Educação à Distância, com habilitação em Tecnologias Educacionais pelo Instituto Federal do Paraná - IFPR.

<sup>1</sup> Professora - Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER.

professores, pais e alunos, destacando a importância de problematizar conceitos que favorecem a inclusão.

Este trabalho apresenta um estudo sobre a educação Especial e a inclusão, que teve como objetivo geral: Compreender as ideias fundamentais da história da deficiência e a inclusão no contexto escolar, considerando os seguintes objetivos específicos: Apresentar um pouco da história da inclusão; identificar a importância das leis para o reconhecimento dos alunos com deficiência; entender o trabalho pedagógico desenvolvido na instituição de ensino como um processo de mudanças contínuas para atender a todos; frisar a importância da família para incluir os alunos com deficiências na escola e sociedade.

Este estudo foi motivado principalmente pelos enfrentamentos visualizados nas escolas e na sociedade pelo aluno com deficiências e suas famílias pela busca da inclusão como direito. Estas observações e vivências nos trazem inquietações para identificar limites e traçar algumas possibilidades da efetivação da tão almejada inclusão escolar, bem como apontar direções que podem colaborar no processo de aprendizagem escolar.

A efetivação da inclusão exige a superação de práticas tradicionais e da não participação da família no processo escolar. Os alunos com deficiências devem estar sendo incluídos no ensino regular. Porém ao incluir a educação requer comprometimento e responsabilidade no que diz respeito ao processo de aprendizagem, além de criar redes de apoio colaborativas e que envolva profissionais das diferentes áreas, focados tanto na aprendizagem dos alunos quanto no seu próprio processo de formação profissional, precisa da família caminhando junto.

Tem-se acompanhado, nos últimos anos, mudanças constantes nas políticas que direcionam a inclusão escolar dos alunos com deficiências, porém, pouco se percebe transformações no espaço escolar. As tentativas de mudanças pedagógicas, no contexto da educação inclusiva, requerem novas práticas, métodos, posturas profissionais, formações continuadas, relações colaborativas escolares, revisão dos tempos e espaços, onde se processa a educação dos estudantes de modo geral.

A inclusão de alunos com deficiências no contexto da educação básica trouxe como consequência a exigência de uma nova postura de todos os envolvidos no contexto da escola, de outra postura do professor, de compreender que cada sujeito tem seu próprio ritmo de aprendizagem e seu modo de aprender e de se relacionar.

Embora a inclusão escolar não seja uma realidade efetivamente como demanda os documentos legais no Brasil, ainda assim, percebemos algumas iniciativas de forma isolada e fora do contexto real dos estudantes. Muitas vezes procuramos os culpados e não maneiras de contribuir com um trabalho com ações mais significativas. Por isso, levantou-se a seguinte problemática de estudo: Como a família juntamente com a escola pode mudar o curso da história em sua luta pela inclusão das crianças com deficiência? O desenvolvimento desse estudo ocorreu por meio da abordagem metodológica qualitativa de caráter exploratório, com o tipo de pesquisa bibliográfica, que contribuiu para identificar publicações de autores que discutem sobre o tema. Onde os mesmos buscam se amparar numa linguagem dinâmica e defensiva da importância de uma educação centrada na inclusão de todos os alunos no processo de aprendizagem e em propostas inovadoras e contextualizada com a realidade.

## **2 DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS**

A educação especial, no século XXI, é considerada como uma modalidade de ensino que visa oferecer práticas educacionais voltadas para alunos que apresentam deficiências na perspectiva de inclusão dos alunos na sociedade e no processo escolar.

Portanto, é importante ressaltar que esse olhar em relação as deficiências no início da história não foram simples e tranquilas, pois as pessoas com necessidades especiais não eram vistas como seres humanos diferentes e muitas, para não dizer a maioria, eram abandonadas pelas famílias por serem consideradas seres maléficos, seres humanos sem direitos. A educação escolar para essas pessoas jamais era cogitada em função da não aceitação destas, no convívio social e, tão menos, educacional. (MAZZOTTA, 2005)

Assim, acredita-se que a educação para a inclusão quando refletida para transformar estas realidades já vivida e não esquecidas vem oportunizando mudanças significativas nas escolas como espaço de muitas vivências e aprendizagens. E ao estudar a história da educação especial torna possível trazer ao espaço real a importância de efetivar a inclusão junto com a família.

De acordo com Correia (2013, p.22) “a história da Educação Especial iniciou no Brasil em meados do século XIX. Antes dessa data, as crianças que nasciam com alguma deficiência física ou mental eram descartadas a viver em sociedade, eram abandonadas, pela família, em florestas ou montanhas ou até assassinadas. ” Isso acontecia porque não eram aceitas pessoas que apresentassem um corpo com defeito, ou seja, pessoas fora do padrão normal eram consideradas inúteis à sociedade. Como descreve o autor:

A dádiva de um corpo perfeito e forte para guerrear, dotado de habilidades excepcionais requeridas no fabrico de armas, era o critério para valorizar a força de trabalho de um homem, fundamental à manutenção do poderio da classe dominante para ampliar-se seu exército de escravos. (FERNANDES, 2011, p. 37).

Assim, a história foi sendo construída por ideais discriminatórios onde uma pequena parcela da população se inseriam nela. É neste enfoque que a família tem um papel muito importante, pois teve que vencer os medos e o preconceito no seio familiar primeiramente. A história mostra que no século XIX as pessoas com deficiências eram tratadas como pessoas amaldiçoadas ou escondidas da sociedade. Os agressivos devido sua deficiência, eram destinados a ficar acorrentados dentro das casas. As famílias não recebiam ajuda e eram concebidas como culpadas pelo nascimento de filhos com deficiência. (MAZZOTTA, 2005)

Diante desses fatos, eram também abandonadas em locais como manicômios e hospitais psiquiátricos, para serem assistidas pela Igreja Católica. De qualquer forma, as crianças eram segregadas e separadas da família e da sociedade.

Na metade do século XIX começaram a surgir as Santas Casas de Misericórdia brasileiras que realizaram um trabalho de assistência aos doentes psiquiátricos “Os pacientes não recebiam tratamentos biológicos e os agressivos eram trancados em quartos fortes, amarrados em camisas de forças. ” (MAZZOTTA, 2005, p.121).

Neste processo histórico e social das deficiências busca-se compreender como eram tratadas as pessoas que eram diferentes dos considerados normais. A reflexão faz-se necessário para que a luta pela inclusão seja não somente da família ou da escola, mas de todos como um direito de viver plenamente.

Corroborando Filho (2009) enfatiza que, em prol de auxiliar o movimento capitalista da época, as pessoas deficientes que tinham corpo propício para a mão de obra eram encaminhadas para asilos ou abrigos a fim de serem cuidadas, alimentadas e, conseqüentemente, ajudarem nas indústrias. Mas, para tanto, era necessário que

os deficientes tivessem conhecimento sobre alguma prática de trabalho. Surgiram, então, as escolas para auxiliar essas pessoas a lerem, escreverem e realizarem cálculos básicos, bem como participarem de oficinas de produção para serem úteis nas indústrias.

A partir do século XX, deu-se início a uma organização na saúde das pessoas percebendo a possibilidade de incluir a educação para auxiliar na integração das pessoas e crianças com deficiência. A questão educacional marcada pelo lado biológico da deficiência. O avanço da psicologia mostra um caminho através das teorias de aprendizagem e como poderiam influenciar a educação para a concepção da psicopedagogia que destaca a importância da escola no processo de inclusão. (MAZZOTTA, 2005)

Desta forma, a inclusão escolar vem se configurando como um dever dos responsáveis que deve ser pensado e efetivado na rede pública de ensino como um direito de cada cidadão, que por alguma situação existencial, precise de mudanças para que participe ativamente da vida em sociedade, o que inclui primeiramente ao grupo social escolar. Na produção histórica da educação esta proposta foi evidenciada a algumas décadas.

Como na publicação da LDB n.º 4.024/61 que em seu documento, trata da educação de excepcionais que por sua vez transpõem a ter direito a educação regular, uma grande conquista é a obrigatoriedade dos alunos a frequentar o ensino público como processo de ensino e não somente da terapia ocupacional, da execução de trabalhos manuais, oportunizando estas pessoas um lugar.

As leis foram alteradas com a democratização do Brasil e com a criação da nova Constituição Federal de 1988, os objetivos fundamentais partem do princípio da inclusão no Art. 3º, vem sendo apontados debates em torno da redução das desigualdades, da promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Este progresso na legislação praticou a garantia do direito das pessoas com deficiência, tratando-as como igualdade. Porém, as leis foram criadas há décadas, mas, só nos últimos anos a inclusão vem sendo discutida como um direito de toda criança.

De acordo com Carneiro (2017) foi através de uma reflexão sobre cuidar das pessoas com deficiência que fez crescer o número de alunos do público alvo da Educação Especial nas escolas especiais e mais tarde em classes comuns, fato que traz nos dias atuais um cenário escolar que apresenta limitações e contradições do

sistema educacional brasileiro que tenta incluir, mas ainda não consegue. Os sistemas de educação devem se atentar para a construção de suas diretrizes para responder às demandas do cotidiano escolar no que diz respeito a aprendizagem na inclusão com a participação da família.

## 2.1 DEFICIÊNCIAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O termo inclusão tem sido referenciado em diferentes legislações educacionais, voltados para uma educação inclusiva. Na Constituição Federal (BRASIL, 1988), há diversos itens que discutem sobre a questão da inclusão. Ao se falar da inclusão como um direito de todos, ao Estado cabe garantir as matrículas dos alunos nas escolas nos remete a noção de que, baseado nas leis, todas as pessoas devem ter acesso à educação e devem se beneficiar com tal direito, reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quando o mesmo diz: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990, p. 23).

Quando se refere ao pleno direito ao exercício da cidadania, explica que todos têm o direito de ir e vir em qualquer lugar e ainda usufruir das melhores metodologias de educação de qualidade. Para isso, deve-se compreender o que é a inclusão e como ela pode ser desenvolvida nos espaços educacionais.

Para Mantoan (2009, p. 4) define como:

É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro.

Sendo assim, planejar pensando na inclusão dos especiais se apresenta como desafio, exigindo reflexões e propostas para favorecer uma prática pedagógica dinâmica e significativa. As atividades escolares devem propiciar condições para o educando construir seus conhecimentos, já que se parte da ideia de que todos podem aprender.

A LDB (BRASIL, 1996) assim com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2018) afirma a necessidade de que a inclusão das pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares se torna um marco importante para o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos. Por acreditarem que a inclusão só acontece quando não há espaços segregados para as deficiências, pois o meio, influência e interfere qualitativamente no desenvolvimento integral dos mesmos. A escola e a família devem sempre, unir-se para transformar a escola como espaço escolar de sucesso. Ainda a BNCC (2018) enfatiza que os profissionais de educação deverão buscar mudanças pedagógicas para trabalhar de acordo com as diversidades dos alunos, pois as deficiências devem fazer parte do contexto escolar.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), considera-se deficiência a pessoa que apresenta algum impedimento podendo ser física, intelectual ou sensorial, que possa impedir a participação plena e efetiva na sociedade. Estas pessoas que são acometidas pela impossibilidade de frequentar os mais variados espaços educativos, deve ser assessorado pela família, já que é o primeiro grupo no qual faz parte para que a luta se torne coletiva na efetivação dos direitos descritos em leis.

A Declaração de Salamanca (1994) concebe uma interessante e desafiadora concepção de Educação Especial ao utilizar a nomenclatura “pessoa com necessidades educacionais especiais” NEE, estendendo-o a todas as crianças que possuem necessidades decorrentes da aprendizagem. Objetivando assim que as escolas acolham a todos, independentes das suas características mentais ou físicas.

De acordo com o Caderno Educação Inclusiva (BRASIL/PNAIC, 2014, p. 9)

Na questão da inclusão “é preciso pensá-la sem fazer comparação com algo, não se trata de estabelecer um padrão comum, não se trata de classificar e hierarquizar. ” O desafio é pensar a diferença como partes ativas da identidade das pessoas, que por ela ou através dela não se tornam nem melhores e nem piores, nem superiores e nem inferiores, elas se tornam o que são, e nós convivemos com elas como nós somos e como elas são.

Portanto, isso significa que devemos aprender com as diferenças como um processo de crescimento uns com os outros, pois vive-se num mundo especial pela grandeza das diferenças humanas e a família pode contribuir neste processo quando participa.

A discussão sobre políticas inclusivas costuma centrar-se nos eixos da organização sócio-política necessária a viabilizar dos direitos individuais do público a que se destina. Os importantes avanços produzidos pela democratização da sociedade, em muito alavancada pelos movimentos de direitos humanos, apontam a emergência da construção de espaços sociais menos excludentes e de alternativas para o convívio na diversidade. A inclusão social deixa de ser uma preocupação a ser dividida entre governantes, especialistas e um grupo delimitado de cidadãos com alguma diferença e passa a ser uma questão fundamental da sociedade. (BRASIL/MEC/SEESP, 2001)

Neste contexto, a efetivação de uma educação inclusiva se torna importante buscar a participação da família neste processo, por ser a família que luta para ver seus filhos incluídos, buscam a dignidade, o respeito e a valorização enquanto pessoas capazes de aprender.

## 2.2 CONCEITUANDO O PAPEL DA FAMÍLIA

Há muito tempo vem se discutindo e debatendo sobre a importância na base familiar para o desenvolvimento escolar. A instituição familiar se apresenta como a base do indivíduo, pois é com as relações estabelecidas entre crianças na família que se aprende valores morais, culturais e crenças.

O ambiente desenvolvido na família lugar onde o indivíduo se socializa e, portanto, tem um grande valor e impacto na formação da criança. Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 22)

A família neste novo contexto se apresenta com uma constituição diferente, pois a família é a constituição das pessoas que moram e vivem momentos juntos, o que não muda o seu valor no papel de ensinar valores e efetivar direitos, pois a família é considerada a base da sociedade, onde proporciona aprendizagens de convivência coletiva.

O fator determinante das composições familiares são as variáveis ambientais, sociais, fatores econômicos, culturais, políticos e religiosos de cada época. A estrutura familiar varia, portanto, enormemente, conforme a latitude, as distintas épocas históricas e os fatores sócio-políticos, econômicos ou



religiosos prevalentes num dado momento da evolução de determinada cultura. (DANELUZ, 2008. p. 15)

Sendo assim, família deve ser o vínculo aperfeiçoado no respeito pelas pessoas que moram juntas e lutam pelo bem-estar social, coletivo e individual de cada integrante. O que instiga as famílias com integrantes com história de deficiência a lutarem pela inclusão através da participação ativa em todos os espaços e em especial no espaço escolar como um elo responsável na efetivação da mesma para que tenha o direito a aprendizagem.

### 2.3 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA

A inclusão escolar do aluno com deficiência vem ganhando cada vez mais espaço ampliando as discussões sobre o papel da família e da escola do aluno com deficiência. Correia (2013, p. 36) “o princípio fundamental do ensino comum nesta linha de ação de inclusão é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”.

Nesta consideração, a escola deve saber quem são seus alunados, quais suas necessidades e procurar a família numa parceria de participação em todas as ações que norteiam o processo educativo.

Neste processo de acolhimento a escola deve envolver a família em suas ações para que juntamente possam ter subsídios que garantam a inclusão. A escola tem a obrigatoriedade de acolher a todos. “Crianças com deficiência e crianças bem-dotadas, crianças que vivem nas ruas, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas. (BNCC,2019, p.234)

Portanto, pode-se entender que a inclusão não pode ser vista somente com alunos de necessidades especiais, mas todos que de alguma forma sentem-se excluídos do convívio da sociedade e das ações pedagógicas da escola em que está inserido. É uma tarefa de grande complexidade que a inclusão exige, mas que faz parte do trabalho pedagógico educacional e é imprescindível a participação da família na vida cotidiana da escola.

A educação inclusiva é uma proposta de política pública de educação para todos, segundo a qual os alunos devem estudar numa escola única, sem divisões, categorizações, modalidades de ensino. A educação inclusiva deve entrar pela escola regular; para que haja inclusão, o ensino especial deve ser

absorvido pelo ensino regular, mas a escola tem de passar por um processo de transformação para atender a todos. (MANTOAN 2009, p. 19)

Com a escola inclusiva pais, professores, e sociedade percebem a necessidade de todos conviverem no respeito as diferenças por ser o elo que modifica e amplia as aprendizagens coletivas. Ainda há resistência em atender alunos com deficiência em turmas de ensino regular justificando-se pelo despreparo dos profissionais. Existem também as instituições regulares que não acreditam nos benefícios acadêmicos que estes alunos poderão tirar de novas situações, quando os casos de deficiências são mais elevados e assim serem marginalizados e discriminados diante dos colegas da turma. Portanto, evidencia-se a necessidade de se redefinir o processo pedagógico com novas alternativas compatíveis com este grande desafio que é buscar metas para atender todos, acreditar nas possibilidades e respeitar as capacidades intelectuais de cada um. O objetivo deve ser olhado e amparado individualmente.

De fato, a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresenta, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais. (CARVALHO 2002 apud OLIVEIRA, 2009 p. 83)

Neste sentido, novas práticas pedagógicas precisam encadear o cotidiano dos escolares para que todos tenham suas capacidades respeitadas e possam ter seus direitos efetivados, já que são elencados na constituição.

A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se opção é progressista, se não se está a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não se tem outro caminho senão viver a opção que se escolheu. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que se diz e o que se faz. (FREIRE 2004, p.18)

Essa afirmação contribui para que se tenha clareza do enfrentamento das questões socioeducativas que deve acontecer no conjunto do movimento social atual. As ações pedagógicas devem favorecer o trabalho com as deficiências fazendo parte do projeto de inclusão, praticadas e elencadas pelos objetivos de complementar, juntamente com a família. A família deve estar nas pautas da reflexão e mostrar sua luta pelo reconhecimento e pela efetivação dos direitos dos filhos que possui algum tipo de deficiência para frequentar e participar das atividades escolares com igualdade

Em contextos educacionais inclusivo, que preparam alunos para a cidadania visando viver plenamente com dignidade. A Constituição Federal (1998), em seu Art. 205, as crianças e os adolescentes com deficiência devem ser parte integrantes nas

escolas do Ensino Regular. O período atual marcado pela inclusão que busca a valorização humana incumbindo assim, a escola a função de contribuir com ações concretas em sala de aula para o desenvolvimento das capacidades intelectuais de cada ser humano, é neste processo que se faz necessário a participação ativa da família caminhando junto com as ações da escola.

A família, nesta perspectiva, é uma das esferas responsáveis pelo processo de socialização de seus filhos com deficiência realizado mediante práticas exercidas por aqueles que têm o papel transmissor pais e professores para que filho possa sentir-se seguro e motivado para aprender com entusiasmo e alegria no campo escolar e familiar. (SZYMANSKI, 2010, p. 20)

A estrutura familiar tem forte impacto na permanência de seus filhos na escola, evitando ou intensificando a evasão e a repetência escolar, assim como a inclusão. A escola pode intervir em alguns aspectos como a frequência escolar obrigatória, mas para que a escola possa ter sucesso na inclusão com aprendizagem necessita de ações que promova a participação ativa da família no processo de ensino e aprendizagem. É importante compreender as diferentes constituições familiares e descobrir a melhor maneira de auxiliá-las para trazer a escola e participar no processo de ensino aprendizagem, pois a função da família é contribuir com a escola em garantir aprendizagem significativa.

Toda instituição escolar, deve estar em construção de um projeto de inclusão no coletivo com a comunidade na função de contribuir para o amplo desenvolvimento das capacidades individuais e de transformação social. É neste sentido que a inclusão de todos os alunos precisa ser pensada. O aluno deve primeiramente participar coletivamente, ser capaz, fazer análise, tomar consciência e querer mudar. (CORREIA, 2013)

Para tanto, é pertinente os professores entender a função social da escola nos dias atuais, na prática social que acontece nas relações estabelecidas pelos indivíduos entre si, nas instituições, se constituindo no decorrer das atividades.

## 2.4 O PROCESSO PEDAGÓGICO É O CAMINHO DA INCLUSÃO

As diretrizes escolares perpassam toda uma forma de se organizar com as estratégias didáticas com objetivos claros e ações que levam as expectativas de produzir e planejar o dia a dia dos contextos escolares e das aulas para cumprir a

função de ensinar e aprender de uma forma dinâmica e coletiva com aprendizagens significativas.

Segundo Correia (2013), a aprendizagem escolar requer professor e aluno encorajado a usar as ferramentas que estão presentes nos afazeres diários. Mais ainda se precisa dessas ferramentas ao ministrar aulas em uma sala heterogênea. A inclusão requer metodologias do mundo que nos rodeiam explorar situações vivenciadas se torna possíveis e desejáveis de serem levadas para dentro das salas de aula. É importante que os saberes e experiências vividos fora da escola não sejam vistos como algo isolado e completamente sem ligação com aquilo que acontece e é experimentado dentro da escola.

É através do processo de reflexão-ação-reflexão que surge a práxis docente, pois o professor deixa de ser um mero objeto de investigação e se torna o próprio sujeito da investigação, não se limitando apenas a generalizações dos conteúdos abordados pelos alunos, mas tornando-se o agente de mudanças, capaz de com seu senso crítico adaptar o método conforme a situação da comunidade escolar. Ao desenvolver a atividade reflexiva sobre a própria prática, o professor estará pesquisando o próprio trabalho, a fim de torná-lo de melhor qualidade. (FREIRE, 2004, p.21)

Entender o processo pedagógico inclusivo, na perspectiva da ação-reflexão-ação impõe o a importância do processo dialógico entre a sala de aula e as práticas desenvolvidas na sociedade, trazendo este contexto lúdico para as atividades. “A aprendizagem se apresenta num processo complexo que apresenta bloqueio e inibições em todos os seres humanos. Não é uma ação passiva de recepção, nem uma simples transmissão de informações.” (FREIRE, 2004, p. 32).

No fazer pedagógico o professor propor, a resolução das situações-problemas pode ser um importante encaminhamento para a aprendizagem e autonomia, pois envolve o desenvolvimento de estratégias, e o debate de soluções, desenvolvimento o pensamento.

Perrenoud (2002) vem contribuir enfatiza que que o professor deve ter magnitude para saber ouvir e observar seus avanços e entraves no decorrer do desenvolvimento das atividades planejadas. O que pode mostrar outros caminhos e possibilitar entrar em situações não vivenciadas e neste momento de fazer um novo caminho pedagógico chamar a família para intensificar a luta pela inclusão.

O processo de aprendizagem deve ser entendido como sendo muito mais amplo envolvendo questões afetivas, orgânicas, cognitivas, motoras, sociais, econômicas, político e outras, envolve-se no processo da

coletividade levando em conta, a forma de gestar, a formação do educador. A predisposição e a auto-estima também são condições essenciais para construir aprendizagens significativas. (FREIRE, 2004, p. 65)

Não há caminhos traçados ou receitas prontas para efetivar a aprendizagem, mas deve haver docentes comprometidos com a diversificação de atividades oferecidas nas escolas e buscar alternativas metodológicas para o desenvolvimento de um projeto de educação na qualidade para todos em especial alunos com necessidades especiais. O projeto de inclusão deve estar pautado nas questões de seleção de conteúdo, assim com tempo e espaço escolar. A escola é para todos, a realidade de cada aluno deve estar presente nos conteúdos de sala de aula, em uma análise crítica como processo democrático e social.

Para Carneiro, (2017) um olhar atento ao cotidiano da escola permite identificar que projeto será necessário estar em ação para orientar as decisões buscando refletir sobre as indagações nas questões que reflete a aprendizagem. Hoje uma das questões que estão no auge das discussões e inquietações dos professores é ter que atender alunos com deficiências, pois desacreditam na capacidade de ensinar e dos alunos se apropriarem do conhecimento pelas limitações orgânicas.

O projeto de inclusão não está definido para as escolas. Já que se parte dos princípios de singularidade. Onde cada escola deve se organizar para atender seus alunados e para isso buscar ferramentas, recursos humanos e a coletividades, trazei a família no processo para atender todos. Pensar em metodologias que contribuam para diminuir/eliminar as barreiras que se interpõem aos processos de ensino aprendizagem.

A sala de aula deve ser o centro das atividades escolares que concluem o debate do assunto vivenciado e pesquisado fora dela. O sucesso dos alunos é a meta da escola, independentemente do nível de desempenho que cada um seja capaz de chegar, são condições básicas para se caminhar na direção de práticas inclusivas. (FREIRE 2004, p.26)

Desta forma, o autor vem contribuir mostrando a importância do espaço sala de aula para efetivar a humanização. A sala deve ser um lugar que se concretize no diálogo vivências de aprendizagens. Onde acontece debates e as crianças aprendam a conviver para que o ensino seja visto como parte da sua vida,

Educar de acordo com as diferenças e necessidades individuais, sem que as condições econômicas, demográficas, geográficas, étnicas ou de gênero acarretem um impedimento à aprendizagem é um esforço que o professor deve se opor. A busca pelo conhecimento quando valoriza o eu e outro faz diferença na vida do ser humano, pois o aluno sente prazer em conhecer quando ele é o sujeito da aprendizagem. (UNESCO, 2002, p. 6)

O processo pedagógico deve ser coletivo e diferenciado nas escolas que pretendem formar novas gerações. Freire (2004, p. 41) afirma que “é nos bancos escolares que aprendemos a viver entre nossos pares, a dividir as responsabilidades e repartir tarefas, e não a se sentir excluído.” Este exercício vem se mostrando como uma prática colaborativa que traz a escola todo o grupo familiar, evidenciando a necessidade de perceber que ensinar e aprender é um ato coletivo.

Alves (1999) nos remete a uma profunda reflexão quando enfatiza que a educação peca pela falta de conhecimento, medo, acomodação. Deixa manipular-se por vários fatores presentes na sociedade. A postura do educador precisa ser repensada constantemente na tentativa de contribuir no processo de humanização. Educar para a igualdade e justiça exige coerência entre teoria, prática, discursos, valores éticos e morais vividos cotidianamente. O verdadeiro educador busca desafios inovadores, está aberto a aprender, é solidário, ativo, consciente e procura superar a fragmentação e o autoritarismo em seu trabalho. Acredita na capacidade do outro e valoriza o coletivo a participação da família na inclusão.

Segundo Alves (2002, p. 39), “a tarefa mais importante do educador é celebrar paixões, acreditar nos sonhos e cultivar jardins. Ao semear as sementes de esperança na alma dos discípulos o educador construíra um desejo de luta que move o mundo”. O verdadeiro educador busca a totalidade do ser, conduz à vocação, institui novos saberes e transforma ideias em ideais. Os que abraçam a tarefa de educador realizam-na como experiência de natureza que se nutrem com os saberes, procurando recriá-los e ressignificá-los cotidianamente.

### **3 METODOLOGIA**

Este estudo tem como base uma pesquisa bibliográfica sobre: família e escola juntas por uma inclusão com sucesso. A pesquisa será realizada por meio de leitura, artigos, ideias próprias, site, fontes eletrônicas sobre o tema e a partir de livros. Analisar ideias de alguns pensadores e filósofos sobre o tema família e escola juntas por uma inclusão com sucesso.

A pesquisa científica segue caminhos para chegar ao objetivo, isso precisa de uma metodologia que proporcione ao pesquisador se encontrar na pesquisa e refletir

sobre suas indagações e responder a um só objetivo que é o de conseguir alcançar a realidade. (MARCONI, LAKATOS, 2004).

A pesquisa bibliográfica amplia a cobertura de estudo muito mais que o que poderia ser feito diretamente, ela dá suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa. Busca a realidade com o objetivo de conhecê-la e interpretá-la sem interferir nela, além de poder descrever fenômenos, classificá-los e interpretá-los. (GIL, 1991, p.12)

Esta pesquisa foi caracterizada como descritiva, qualitativa, bibliográfica. A pesquisa descritiva busca a realidade com o objetivo de conhecê-la e interpretá-la sem interferir nela, além de poder descrever fenômenos, classificá-los e interpretá-los. (MARCONI, LAKATOS, 2004)

A opção pela pesquisa bibliográfica teve como objetivo buscar informações dadas a partir de materiais já existentes sobre o assunto, em livros, revistas, *web sites*, leituras em estudos de casos; para fomentar dados do problema ainda não evidentes.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa nos possibilitou condições para refletir sobre a inclusão das crianças com deficiência nas escolas para aperfeiçoar o processo de aprendizagem e de ensino, pois ser docente é uma profissão que exige pesquisa e muita persistência. Portanto, esse registro é uma fonte que permitiu o contato direto com o objeto em estudo, no intuito de promover transformações significativas na prática pedagógica. o objetivo inicial desta pesquisa, foi alcançado com êxito, devido a busca de referências teóricas com leituras aprofundadas e compreensões para se chegar ao objetivo proposto que foi: Compreender as ideias fundamentais da história da deficiência e a inclusão no contexto escolar. Foi de suma importância a pesquisa em várias literaturas científicas para que a nascesse outras indagações e vontade de lutar para a efetivação da família na escola com fator indispensável de uma aprendizagem eficaz e de vivências humanizadas no diálogo e nas ações compartilhadas.

Entendeu-se também que junto a família necessita de planejamento com aulas diversificadas e adaptadas às necessidades educativas dos alunos. Também que a escola precisa planejar coletivamente as atividades como os profissionais que atuam com alunos que tenham algum tipo de deficiência. Deve haver uma troca de

informações no planejar entre professores do ensino regular, orientador e gestor e família.

A vivência escolar coletiva vai permitir identificar necessidades de mais conhecimento para efetivar o trabalho pedagógico, identificando uma busca para investir em formação, promovendo assim uma mudança das práticas.

A inclusão vista nesta pesquisa necessita perpassar por uma inovação que implica um esforço coletivo para que a inclusão de fato aconteça na prática é necessário desde o recriar o modelo educativo escolar coletivo com a participação ativa da família, como a vontade pedagógica e intencional, abrindo espaços para que a cooperação, empatia, o diálogo, a solidariedade, a criatividade para possibilitar uma aprendizagem significativa.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação**. São Paulo: Loyola, 1999. Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/textos/76/artigo232754-1.asp> . Acesso em: 12 de jan. 2021

\_\_\_\_\_. **O Desejo de Ensinar e a Arte de Aprender**. Campinas: Fundação EDUCAR D. Paschoal, 2002. Disponível em: [httsielo/todo-professor-deveria-ler-rubem-alves.html](http://www.scielo.br/httsielo/todo-professor-deveria-ler-rubem-alves.html). Acesso em 05 de jan. 2020

BUDEL, Gislaine Coimbra; MEIER, Marcos. **Mediação de aprendizagem na educação especial**. Curitiba: Ibpex, 2012. (Série Inclusão Escolar).

BRASIL. Ministério da **Base Nacional Comum Curricular** Educação. Brasília, 2018. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192).> Acesso em: 12 dez.2020

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 04 abril. 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)> Acesso em: 18 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Referências Caderno de Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEB, 2014.



\_\_\_\_\_. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais – As adaptações** Documento Introdutório. Versão Preliminar. Brasília: MEC/SEF, nov. 2008

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução Nº 4 CNE/ CEB de 2 de outubro de 2001. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial** Resolução. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2009a.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns: Possibilidades e Limitações**. RJ: Vozes, 2017.

CORREIA. **Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores** 2. ed. Porto: Porto Editora, 2013.

DANELUZ, Mariluci. **Escola e família: duas realidades, um mesmo objetivo**. In: I Simpósio Nacional de Educação e XX Semana da Pedagogia. Cascavel: Unioeste, 2008. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/1/Artigo%2011.pdf>> Acesso em 16 dez. 2020.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, política e prática em educação especial**. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca: s/ed.Junho de 1994. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 dez 2020.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Ribeirão Preto: Paidéia. Vol. 17. n. 36. Jan/Abr. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2007000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003)>. Acesso em 09 jan. 2021.

FERNANDES. Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: Ibpex, 2007.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. **Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação**. São Paulo: Perspec. vol. 14 n. 2 Abr/Jun. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200007&script=sci\\_arttext&tlng=pt%23top4](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200007&script=sci_arttext&tlng=pt%23top4)> . Acesso em 16 jan. 2021.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. Disponível em: [www.scielo.org/cgi-bin/scielo.iah/?inclusao%20escolar](http://www.scielo.org/cgi-bin/scielo.iah/?inclusao%20escolar). Acesso em: 11 jan.2021.

GIL. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social**. São Paulo: Perspec. Vol. 14. n. 2 Abr/Jun 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88392000000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88392000000200008&script=sci_arttext)> Acesso em 25 jan. 2021

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2009.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1996. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?tbm=bks&hl=pt-BR&q=sciELO+inclus%C3%A3o>. Acesso em 08 de dez 2020

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V.. Metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

PERRENOUD, Philippe. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família e escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Liber, 2010.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. 1990. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291>. Acesso em 20 de dez.2020